

**MAPEAMENTO DOS REGISTROS DOCUMENTAIS DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DA PARAÍBA: UM RESGATE DE SUA MEMÓRIA**

Mayara Araújo do N. LUNA;

Universidade Estadual da Paraíba / Arquivologia

[mayaraluna7@gmail.com](mailto:mayaraluna7@gmail.com)

Prof<sup>a</sup>. Ms. Naiara Ferraz B. ALVES (Orientadora/ co-autora)

Universidade Estadual da Paraíba / Arquivologia

[naiara.clio@gmail.com](mailto:naiara.clio@gmail.com)

A Santa Casa da Misericórdia da Paraíba foi fundada no século XVI por Duarte Gomes da Silveira. Como as demais confrarias de sua categoria, atuava sob as delimitações de seu regimento que primava pelo auxílio aos seus irmãos em, mais especificamente, pela população mais necessitada da sociedade paraibana. Sua atividade, no século XIX abrangia, particularmente, muito mais do que questões espirituais, visto que a Santa Casa era responsável por garantir um espaço para o sepultamento de seus irmãos, para auxílio médico e para prestar assistência aos órfãos que eram deixados aos seus cuidados. Responsabilizava-se, ainda, pelo recolhimento e abrigo de velhos doentes que eram abandonados pela cidade. Como sua atuação expandiu-se, ainda, por todo o século XX, trata-se de um espaço extremamente importante para a compreensão da sociedade paraibana. Considerando-se esse contexto, esse trabalho teve como objetivo realizar o mapeamento da massa documental que se encontra completamente abandonada no prédio da Igreja da Misericórdia, localizada no centro da capital paraibana.

Para tanto, procedemos ao mapeamento utilizando princípios arquivísticos, destacados por autores como: Bellotto (2005) e Bertolotti (2006), para quem a Arquivologia é uma disciplina capaz de dar respaldo às atividades desenvolvidas no tocante à documentação e tem como objeto fundamental o estudo do documento e dos conjuntos documentais produzidos ou recebidos por uma entidade pública ou privada, durante o percurso de suas atividades administrativas.

A arquivologia tem como objeto fundamental o estudo do documento e dos conjuntos documentais produzidos ou recebidos por uma entidade pública ou privada durante o percurso de

suas atividades administrativas; já a arquivística, segundo o **Dicionário de Termos Arquivísticos do Arquivo Nacional** (1992, p.32), configura-se como um conjunto de “princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”. Os arquivos apresentam-se como lugar da memória administrativa e, conseqüentemente, da memória histórica de entidades públicas, conforme a perspectiva de Bellotto, “[...]sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”, [...]. E a chamada teoria das três idades nada mais é que a sistematização dessa passagem” (BELLOTTO, 2005: p.23). Entretanto, desconhecendo a importância dessa teoria que ratifica o ciclo vital dos documentos, muitas instituições, considerando o valor primário e secundário dos documentos e visando à sua destinação, segundo o instrumento da tabela de temporalidade, acabam por ignorar a relevância dessa documentação e dispensam o tratamento necessário para o seu “acondicionamento, ordenação, descrição, indexação e, se for o caso, preservação e difusão” (BELLOTTO, 2005, p. 27).

Bellotto enfatiza, também, que

“[...]a história não se *faz com documentos para serem históricos*, [...] se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fonte não-governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade” ( 2005, p. 27).

Nesse sentido, é papel do arquivista conscientizar a instituição e viabilizar o tratamento da documentação visando à disseminação da informação para os mais diversos usuários que dela precisem consultar; seguindo essa perspectiva, a documentação encontrada na Santa Casa Misericórdia é constituída, basicamente, de documentos administrativos que, passado o seu valor primário, hoje se configuram com relevante importância no que, concerne ao conhecimento de seu valor histórico, político e social da época; entretanto, desconhecida essa relevância por parte da sociedade paraibana, grande parte da documentação encontrada no arquivo se apresenta em péssimo estado de conservação, com muitos documentos deteriorados pela ação do tempo, do

clima e do mal-acondicionamento, impossibilitando, assim, a leitura, consulta e manuseio por parte dos usuários que buscam a informação neles contidos.

Após essas constatações, como estudantes de Arquivologia e sensibilizados com o atual estado em que a documentação se encontra, desenvolvemos uma proposta de resgate de tão rico e relevante arquivo. Para tanto, elaboramos um mapeamento que permite conhecer a estrutura física e institucional do espaço analisado. Tais ações, inicialmente, foram realizadas como forma de nos inteirarmos e identificarmos as tipologias documentais existentes no arquivo quanto ao seu conteúdo, data tópica, quantidade e estado de conservação para, posteriormente, iniciarmos um trabalho de higienização que é um processo de “retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeiras e outros resíduos, com vistas à preservação dos documentos” (DBTA, 1992, p.88);posteriormente, as ações visaram à melhoria do acondicionamento dos documentos, com o objetivo imediato de preservá-los, considerando-se este processo como “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” de toda a documentação (DBTA, 1992). Esse mapeamento almeja, também, um trabalho no tocante à conservação que aborda a preservação e restauração do documento, objetivando, dessa forma, a possibilidade de uma parceria com outras instituições públicas ou privadas para o restauro de algumas peças documentais. Tal parceria busca atender, assim, à perspectiva da profissão do arquivista que, consoante Bellotto deve possibilitar:

“ o acesso à informação, desde aquela que é imprescindível ao processo decisório, [...] até a que visa à crítica e “explicação” das sociedades passadas pela historiografia, tanto quanto a que permanece como um componente de um corpus informacional que possibilite a transmissão cultural de geração a geração” (BELLOTTO, 1989, p. 81- 83).

Após esse trabalho inicial de tratamento da documentação o arquivo estará viabilizado para atender à sua finalidade essencial, possibilitando, dessa forma, que o usuário tenha um acesso seguro e saudável à informação. Posteriormente, com a possível aprovação de projetos derivados destas ações iniciais, buscaremos a integração entre a Arquivologia às novas tecnologias da informática, no intuito de digitalizar e disponibilizar as informações contidas nos documentos via *web*, para que outros usuários do Brasil e do mundo tenham acesso a essas informações para futuras pesquisas acadêmicas ou não, sobre a importância dessa instituição nos

mais diversos períodos da História paraibana e, conseqüentemente, da história e historiografia brasileira.

Como resultado de nossas atividades pudemos observar que parte da massa documental trabalhada é composta por relevantes documentos que datam do século XVII ao XX e que imprimem um caráter ativo pertinente à administração dessa instituição no século vinte, com grande variedade tipológica, desde requerimentos, atas, discursos de posse, livros de registros de pagamentos e despesas, de empregados, creadeiras, enfermeiras e pensionistas, relatórios apresentados à mesa conjunta administrativa, em diferentes épocas, por diversos provedores, livro de assinaturas dos médicos efetivos, adjuntos e assistência do HSI, Livro de registro de animais, produção de leite, rendimento dos estábulos, Livro de registro de pagamentos provenientes de alugueis, Termo de contrato da SCM, Livro Diário, Livro de Ponto dos funcionários da lavanderia da maternidade do HSI, livro de registro de ofícios, Livro de foros dos terrenos, Registro de petições, Registro de pedido de recolhimento como pensionistas de segunda classe, entre outros registros documentais. Essa documentação suscita uma imensurável possibilidade de utilização dessas informações como instrumento das diversas perspectivas teóricas utilizadas pela História.

Como exemplos de pesquisas que trabalharam com a mesma tipologia documental temos os autores Russell-Wood (1981) que analisou as relações sócio- políticas desenvolvidas pela Santa Casa na Bahia, em seu texto, “**Fidalgos e Filantropos A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**”, como o próprio título da obra sugere, o autor analisou as relações entre as atividades filantrópicas desempenhadas pela Santa Casa e as ações políticas da elite baiana. E João José Reis (1997) que analisa o imaginário sobre a morte e as formas do bem morrer, descrevendo metodologias e conceitos que podem ser seguidos para o desenvolvimento de pesquisas sobre a mesma temática. O autor expande suas discussões às revoltas, denominadas de cemiteradas, implementadas pela população contra a proibição dos enterramentos em solos consagrados, como as igrejas. Configurando-se como uma análise do Imaginário Social.

Seixas (1987) por sua vez, faz uma narrativa do percurso histórico dessa instituição na Paraíba e demonstra como suas ações aqui no estado refletiram seu modelo fundador português. Os estudos desse autor tem grande relevância historiográfica, pois se trata de um dos únicos

publicados sobre a Santa Casa paraibana que, como qualquer outro tema da História, merece revisões e ampliação de discussões, sobre a instituição e sobre suas relações com o mundo exterior.

Podemos afirmar, portanto, que se trata de um rico espaço para a promulgação e desenvolvimento de pesquisas, não apenas na área da História, como, também, na Antropologia Cultural e na Sociologia, além de possuir uma incrível massa documental que pode e deve ser analisada sob a perspectiva textual.

Nesta pesquisa a atuação de alunos do Curso de Arquivologia traz consigo significados ainda mais relevantes, direcionados à perspectiva da prática e do desenvolvimento do trabalho de um arquivista. Destacamos, também, a possibilidade de preservação da memória presente nesta documentação, complementada evidentemente pela memória da Santa Casa, enquanto prédio (documento patrimonial) e instituição filantrópica que tem uma participação de destaque nas ações administrativas da cidade de João Pessoa, que por ser a capital do estado repercute nas demais localidades da região. Na atual fase das atividades da pesquisa, está sendo efetuada, de forma prática, as noções e reflexões sobre a higienização, identificação e organização desta massa documental.

A partir da documentação que foi identificada até o presente momento, podemos destacar uma série de trabalhos que podem e devem ser desenvolvidos por historiadores que teriam como fontes iniciais a documentação presente na Santa Casa. Evidentemente que outros trabalhos desempenhados em outras instituições semelhantes, servem de modelo e exemplo metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa aqui em João Pessoa. Tanto a história da própria instituição como a análise da composição social paraibana, pode ser feita por meio da construção de dados estatísticos, assim como estudos sobre o imaginário cultural como as questões que nos remetem as preocupações com o além, ou seja, o pós-morte. Esta relação entre a sociedade e a morte, daria ótimos estudos para a área de história cultural. Destacamos, ainda a pertinência de alguns nomes presentes entre a documentação que nos remetem a pesquisas biográficas, que vem ganhando destaque na historiografia atual. A história de um dos principais cemitérios da cidade, o Senhor da Boa Sentença; e diversos prédios de destaque, como por exemplo, o Hospital Santa

Isabel configuram-se como possibilidades de estudos entre a documentação presente na Santa Casa.

As pesquisas sobre a escravidão negra na Paraíba poderiam, também, ser investigadas e complementadas pela documentação existente. Outra possibilidade seria uma gama de relatórios de provedores, nos quais podem e devem, ser feitos um intenso trabalho de análise textual, considerando os significados das estruturas lingüísticas.

Da mesma maneira existe uma relação entre a massa documental identificada e a história da saúde na Paraíba. Anotações sobre a construção do Hospital Santa Isabel, relatórios médicos, prontuários, receituários, provavelmente sejam nesta área, a maior quantidade de documentos que permitem uma análise profunda do tratamento e da relação entre a saúde paraibana, suas doenças, tratamentos, personagens e remédios e a Santa Casa da Misericórdia.

Um outro tema que deve ser abordado é a questão dos órfãos durante o século XIX. Como lidavam e que tratamento era dado às crianças abandonadas. A Santa Casa da Misericórdia possuía, entre suas atividades, o recebimento de expostos, mas não possuía espaço suficiente para abrigá-los, dessa forma, repassava as crianças para que outros as criassem, contribuindo com quantias anuais para o seu sustento. Documentos que denotam parte importante da história da infância na Paraíba.

Destacamos ainda, a possibilidade de análise ou mesmo, a simples consulta aos livros existentes na SCM, sobre os mais variados assuntos e das mais variadas épocas. Há portanto, entre a documentação toda uma gama de materiais impressos que são de grande importância para a compreensão do percurso dessa instituição.

Concluindo, o que resulta essencialmente da atividade que implementamos, até o momento, configura-se como a necessidade de efetivação de uma política de preservação que possa abranger os mais diversos arquivos existentes em nossa sociedade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_, **Arquivologia: objetivos e objetos. Arquivo: Boletim histórico e informaiivo.** São Paulo: [s.n.], v.10, n.2, p.81-83, jul/dez. 1989.

**Dicionário de Termos Arquivísticos do Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775.** Trad. De Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 Anos.** João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.